RELATÓRIO DO GRUPO REGIONAL DA MULHER PARLAMENTAR (RWPC) DO FP-SADC À 59.ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA

Sr. Presidente, venho solicitar a aprovação por esta Assembleia Plenária do Relatório da Grupo Regional da Mulher Parlamentar à 59.ª Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC apresentado à mesa desta assembleia no dia 23 de Novembro de 2026.

ÍNDICE

1.0 COMPOSIÇÃO DO GRUPO REGIONAL DA MULHER PARLAMENTAR....3
2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA E LEMA DA REUNIÃO.....3
3.0 REUNIÕES REALIZADAS DURANTE O PERÍODO ABRANGIDO PELO PRESENTE RELATÓRIO.....3
4.0 CONTEXTO.....3
5.0 RESUMO DAS COMUNICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES À ASSEMBLEIA PLENÁRIA.....4
6.0 ANEXOS.....9
ANEXO I: COMPOSIÇÃO DO GRUPO.....9
ANEXO II: LISTA DOS FUNCIONÁRIOS PRESENTES.....9
ANEXO III: LISTA DOS PALESTRANTES.....10

1.0 COMPOSIÇÃO DO GRUPO REGIONAL DA MULHER PARLAMENTAR

Os membros do Grupo são os que se apresentam no Anexo 1 do presente relatório. A lista dos funcionários e prelectores que estiveram presentes na reunião consta nos Anexos II e III, respectivamente.

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA E LEMA DA REUNIÃO

Os termos de referência do Grupo Regional da Mulher Parlamentar vêm estipulados no n.º 5 do artigo 16.º da Constituição do FP-SADC e no artigo n.º 19 do Regimento Interno do FP-SADC. A reunião do Grupo Regional da Mulher de Parlamentar (RWPC) realizou-se virtualmente no Terça-feira, dia 12 de Maio de 2026, e foi subordinada ao seguinte lema: *«Liderança das mulheres parlamentares em matéria de alterações climáticas e da economia azul: um mar de oportunidades.»*

3.0 REUNIÕES REALIZADAS DURANTE O PERÍODO ABRANGIDO PELO PRESENTE RELATÓRIO

Durante o período abrangido pelo presente relatório, foram realizados dois engajamentos do Grupo Regional da Mulher Parlamentar (RWPC): uma reunião virtual no dia 12 de Maio de 2026 subordinada ao lema «Liderança das mulheres parlamentares em matéria das alterações climáticas e da economia azul: um mar de oportunidades» e uma missão de lóbi e advocacia de alto nível sobre o enquadramento do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento no ordenamento jurídico-legislativo da República do Botswana e sua implementação, realizada de 18 a 24 de Outubro de 2026.

4.0 CONTEXTO

A reunião estatutária do RWPC foi uma iniciativa de reforço de capacidades cujo principal enfoque foi a capacitação e o empoderamento das mulheres parlamentares, dotando-as das competências, conhecimentos, dados e factos necessários para que possam defender de forma eficaz uma abordagem sensível às questões de género em matéria de medidas relativas às alterações climáticas e à economia azul. A reunião teve também como objectivo fortalecer os esforços de capacitação visando apoiar a liderança e a participação das mulheres, garantir que a voz das mulheres da região da SADC seja ouvida, bem como dar um novo impulso aos esforços em prol da igualdade de género e da emancipação das mulheres na região. A reunião veio ainda reforçar as aspirações e as iniciativas em curso do FP-SADC em matéria de acção climática, empoderamento e inclusão da mulher, tal como previsto na sua Constituição e no seu Plano Estratégico para 2024 a 2028.

A missão de lóbi e advocacia relativa ao enquadramento do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento no ordenamento jurídico-legislativo da

República do Botswana e sua implementação, realizada de 18 a 24 de Outubro de 2026, pretendia promover a adesão do Botswana ao Protocolo, seu enquadramento do ordenamento jurídico-legislativo e sua implementação a nível nacional, com uma atenção especial nas medidas constitucionais e legislativas visando a adopção de quotas por forma a garantir uma representação igual das mulheres e a sua participação efectiva na tomada de decisões políticas e na vida pública. A missão manteve contactos com um vasto leque de entidades, nomeadamente o Presidente da República, o Parlamento, os ministérios, os partidos políticos, as instituições eleitorais, os chefes tradicionais, a sociedade civil, as organizações femininas e juvenis, organizações que representam os portadores de deficiências, e os parceiros diplomáticos. A missão congratulou-se com o compromisso do Governo ao mais alto nível em concluir, até ao final de 2026, as formalidades pendentes no processo de adesão, ao mesmo tempo que foram ressaltados os desafios persistentes, entre os quais a fraca representação da mulher no parlamento, as práticas socioculturais discriminatórias, as barreiras nos processos de nomeação e de financiamento dentro dos partidos políticos, a violência baseada no género, incluindo o abuso viabilizado pelas tecnologias, e a exclusão das jovens e das mulheres portadoras de deficiências da tomada de decisões políticas e públicas. A missão destacou a necessidade de reformas constitucionais, legislativas, normativas e institucionais visando a aceleração do progresso rumo à paridade de género, a promoção de uma participação política inclusiva e o reforço da responsabilização pelos compromissos assumidos a nível regional. As conclusões e recomendações detalhadas da missão serão apresentadas à próxima Assembleia Plenária, depois da apreciação e das deliberações sobre o relatório da missão pelo Grupo Regional da Mulher Parlamentar (RWPC).

5.0 RESUMO DAS COMUNICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES À ASSEMBLEIA PLENÁRIA

Na sequência das comunicações apresentadas pelos prelectores cujos nomes constam no ***Anexo III*** do presente relatório, o RWPC formula as recomendações que se seguem.

CONSIDERANDO que a reunião do Grupo Regional da Mulher Parlamentar (RWPC) deliberou sobre as modalidades do seu contributo para o alcance da acção climática e da economia azul que tenham em conta as questões de género, tendo em mente os compromissos assumidos a nível global, continental e regional pelos Estados membros da SADC;

E **CONSIDERANDO QUE** esta reunião estatutária visava realçar a importância da participação e da liderança da mulher na acção climática e na economia azul;

CONSTATANDO que a economia azul implica a utilização sustentável dos recursos oceânicos, costeiros e das águas continentais, de forma a equilibrar o crescimento económico com a protecção dos ecossistemas;

CONSTATANDO AINDA que a economia azul abrange a pesca e a aquicultura, o turismo, o transporte marítimo, os ecossistemas costeiros e marinhos e as energias renováveis, entre outros elementos;

RECONHECENDO que as pescas, o turismo e as economias costeiras criam milhões de postos de trabalho, sendo que as mulheres desempenham um papel preponderante na transformação e comercialização do pescado, entre outras actividades;

RECONHECENDO AINDA que o peixe e os sistemas hídricos são fundamentais para a nutrição, a segurança alimentar e a produtividade agrícola;

TENDO EM CONTA, em particular, a Estratégia para a Economia Azul da África, que delineia planos de acção sobre a forma como os países africanos podem utilizar ou optimizar os recursos da rica economia azul da África;

RECONHECENDO os quadros regionais da SADC, tais como a Estratégia e o Plano de Acção da SADC para as Alterações Climáticas (2015-2030) e a Estratégia da SADC para a Economia Verde (2021), que colocam bastante ênfase nas políticas climáticas sensíveis às questões de género, entre outras valias;

PREOCUPADO com o facto de as alterações climáticas, incluindo a subida do nível do mar, as inundações, as secas e a subida das temperaturas, representarem ameaças significativas para a economia azul, através da redução de receitas, dos danos nas infra-estruturas, insegurança alimentar e degradação dos ecossistemas;

PREOCUPADO TAMBÉM com o facto de as mulheres na economia azul continuarem a estar sub-representadas na governação e na tomada de decisões, e de os impactos das alterações climáticas afectarem de forma desproporcional as mulheres e as raparigas e agravarem as desigualdades de género existentes;

CIENTE de que as mulheres parlamentares têm sido marginalizadas nas questões relacionadas com as alterações climáticas, apesar de desempenharem um papel fundamental ao abrigo do seu mandato constitucional;

AFIRMANDO o papel das mulheres parlamentares na aprovação de leis relativas à resiliência climática, influência dos orçamentos nacionais destinados à adaptação e à restauração dos ecossistemas e fiscalização dos compromissos e das despesas do governo;

AFIRMANDO TAMBÉM o papel central das mulheres parlamentares na promoção de uma economia azul equitativa e resiliente perante as condições climáticas através da representação das preocupações dos cidadãos e da aprovação das legislações pertinentes;

AFIRMANDO AINDA o papel fundamental da liderança das mulheres na governação, com vista a políticas climáticas mais sólidas e sustentáveis;

CONSTATANDO também a necessidade imperiosa de dotar as mulheres parlamentares dos instrumentos necessários para fazerem a advocacia em prol de políticas climáticas que respondam às necessidades específicas das mulheres e assegurar o empoderamento das mulheres no sentido de serem resilientes diante das ameaças colocadas pelas alterações climáticas;

RECONHECENDO a importância de dar mais voz aos cidadãos, promover a cooperação regional em matéria de recursos marinhos partilhados e abordar os riscos climáticos específicos de cada género;

PLENAMENTE CONSCIENTE da importância de regulamentações claras para garantir que as comunidades locais, sobretudo as mulheres e outros grupos vulneráveis, beneficiem da economia azul;

COMPREENDENDO a necessidade de políticas sensíveis às questões de género para garantir que as mulheres e outros grupos marginalizados beneficiem da economia azul;

SALIENTANDO a necessidade da recolha de dados desagregados por género sobre o grau de participação dos cidadãos da SADC na economia azul;

SALIENTANDO TAMBÉM a necessidade de os Estados-membros da SADC se comprometerem a reforçar as suas respostas às alterações climáticas, incluindo a integração da perspectiva de género em políticas e programas climáticos, nomeadamente no ODS 13 (acção climática);

RECONHECENDO o impacto desproporcional das alterações climáticas nas populações vulneráveis, incluindo mulheres e raparigas; e o ODS 5 (igualdade de género), que inclui metas destinadas a garantir a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e proporcionar a igualdade de oportunidades às mulheres em todas as esferas da vida;

O RWPC decidiu, **POR CONSEGUINTE**, recomendar à 59.ª Assembleia Plenária o seguinte:

(i) **INCENTIVAR** os Estados-membros da SADC a promoverem políticas e uma legislação que impulsionem o desenvolvimento sustentável da economia azul nos seus respectivos países, em conformidade com os compromissos nacionais e internacionais.

(ii) **EXORTAR** os Estados-membros da SADC a darem prioridade a investimentos e regulamentações que garantam o emprego, a segurança alimentar e a participação dos jovens nos sectores da economia azul.

(iii) **APROVAR** que o RWPC realize missões de sensibilização e advocacia nos Estados-membros da SADC sobre a necessidade de incorporação nos ordenamentos jurídicos nacionais e implementação dos compromissos globais, continentais e regionais relevantes, com vista a promover acções em matéria de clima e economia azul que tenham em conta as perspectivas de género;

(iv) **ORIENTAR** que o FP-SADC, através do RWPC, colabore com os parceiros relevantes na realização de um exercício de mapeamento destinado a identificar leis discriminatórias e desafios administrativos nos Estados-membros da SADC que possam afectar a participação e a liderança das mulheres na economia azul.

(v) **APELAR** aos Estados-membros da SADC para procederem à recolha de dados desagregados por género sobre o grau de participação dos cidadãos na economia azul;

(vi) **APELAR AINDA** aos Estados-membros da SADC para implementarem sistemas de alerta precoce a nível local, a fim de facilitar a adopção de medidas de mitigação atempadas, e para descentralizarem a protecção costeira;

(vii) **APELAR** para a integração urgente de medidas de resiliência climática em todas as leis, orçamentos e programas relacionados com a governação dos oceanos, as pescas, a protecção costeira e as infra-estruturas marítimas por todos os Estados-membros da SADC.

(viii) **APOIAR** os esforços de sensibilização pelos parlamentos dos Estados membros da SADC para a promoção de políticas sensíveis às questões de género, incluindo a elaboração de orçamentos que tenham em conta as questões de género e que possam ampliar o acesso das mulheres ao financiamento, às competências, aos mercados e à liderança na economia azul.

(ix) **INCENTIVAR** os Estados-membros da SADC a serem atenciosos aos apelos de sensibilização do RWPC no sentido de uma maior responsabilização pelo cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito dos instrumentos globais, regionais e continentais relativos às alterações climáticas.

(x) **EXORTAR** os Estados-membros da SADC a implementarem medidas específicas para dar resposta aos desafios com que as mulheres se deparam

e que as impedem de participar efectivamente na acção climática a vários níveis.

(xi) **TAMBÉM INCENTIVAR** os membros do RWPC a recorrerem a instrumentos parlamentares, incluindo perguntas, audiências, moções e debates, para reforçar a fiscalização e a responsabilização no que diz respeito a medidas de economia azul resilientes às alterações climáticas.

(xii) **EXORTAR** os Estados membros da SADC a harmonizarem as novas leis marítimas e aquáticas com o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento revisto e proceder a uma auditoria de toda a legislação marítima existente e pendente nos Estados membros da SADC, a fim de garantir que os quadros institucionais, das políticas e de governação incluam quotas obrigatórias para as mulheres na governação marítima e oceânica.

ELAR aos Estados membros da SADC para aumentarem a dotação orçamental destinada à educação das raparigas nas áreas das ciências, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM) e das ciências marítimas, para que as mulheres deixem de ser meras participantes e passem a assumir um papel de liderança na gestão dos recursos aquáticos da SADC.

Sr. Presidente, mais uma vez, solicito a aprovação do presente relatório.

Senadora Linda NXUMALO	Sra. Clare MUSONDA
PRESIDENTE DO GRUPO	**SECRETÁRIA**

6.0 ANEXOS

ANEXO I: COMPOSIÇÃO DO GRUPO

Na data da reunião, em 12 de Maio de 2026, a composição do Grupo Regional da Mulher Parlamentar (RWPC) era a seguinte:

1.	Deputada Professora Joyce Lazaro Ndalichako ***Presidente do Grupo***	Tanzânia
2.	Deputada Mary Maulidi Khembo ***Vice-presidente do grupo***	Malawi
3.	Deputado Ruth Mendes	Angola
4.	Deputada Teresa Neto	Angola
5.	Deputada Helen Pushy Manyeneng	Botswana
6.	Senadora Françoise Bemba	RDC
7.	Deputada Cathy Sakombi Moleka	RDC
8.	Senadora Linda Nxumalo	Eswatini
9.	Deputada Nokuthula Dlamini	Eswatini
10.	Deputada Makatleho Motsoasele	Lesoto
11.	Deputada Dra. Pinkie Manamolela	Lesoto
12.	Deputada RABY SAVATSARAH Ain'Harimanga Gabrielle	Madagáscar
13.	Deputada Ratsiraka Sophie Soamiadin	Madagáscar
14.	Deputada Abigail Shariff Bongwe	Malawi
15.	Deputada Jerónima Agostinho	Moçambique
16.	Deputado Ivandro Massingue	Moçambique
17.	Deputada Marie Roxana Collet	Maurícias
18.	Deputada Paula Kooper	Namíbia
19.	Deputada Denise Clarisse	Seicheles
20.	Deputada Claudette Louise	Seicheles
21.	Deputada Sylvia Lucas	África do Sul
22.	Deputada Ntombovuyo Verónica Mente-Nkuna	Africa do Sul
23.	Deputada Mwanahamisi A. Munkunda	Tanzânia
24.	Deputada Mercy Mugomo	Zimbabwe
25.	Deputada Lynette Karenyi	Zimbabwe
26.	Senadora Maybe Mbohwa	Zimbabwe
27.	Zâmbia (parlamento dissolvido)	

ANEXO II: LISTA DOS FUNCIONÁRIOS PRESENTES

Fórum Parlamentar da SADC

1. Sr. Sheuneni Kurasha, Director dos Assuntos Parlamentares e Programas
2. Sra. Clare Musonda, Gestora dos Programas do RWPC e da CPRFLM
3. Dr. Jacob Segale, Gestor do Programa de FANRCA
4. Sra. Masenate Molapo, Gestora do Programa de TIFI
5. Sr. Munashe Tofa, Gestor do Programa de HSDSP
6. Sra. Paulina Kanguatjivi, Assistente e Coordenadora de Procedimentos
7. Sr. Ronald Windwaai, Administrador da página Internet

Parlamentos membros da SADC

1. Sra. Idda Kombe, ponto focal do FP-SADC no Parlamento da Tanzânia

ANEXO III: LISTA DOS PALESTRANTES

1. Sr. Leon Mulema – Chefe do Departamento Jurídico e Representante Local do Grupo Africano de Apoio aos Peritos em Negociações (AGNES)
2. Sra. Jacqueline Makoka – Directora, Equilíbrio e Igualdade de Género – Grupo Africano de Apoio a Peritos em Negociações (AGNES)